

Bancos entendem posição do Brasil

por Lillian Witte Fibre
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

acha que o FMI e os credores agora "não podem mais reclamar". O governo mudou o câmbio e deixou muito claro que está disposto a defender o saldo de suas exportações, um ponto vital para o pagamento dos juros da dívida externa brasileira e, mais que isso, um número fundamental a ser apresentado na mesa das negociações.

"É verdade que a desvalorização de 1,8%, apenas, não recupera a competitividade das exportações. Mas o importante é que o câmbio deixou de ser intocável", diz.

O vice-presidente de operações internacionais do Banco do Brasil (BB), Adroaldo Moura da Silva, tem mantido contatos freqüentes com os banqueiros sediados na City londrina e que estão participando do lançamento, previsto para meados de dezembro, dos certificados de depósito do

BB no mercado financeiro internacional. Desses seus contatos — neste momento está sendo formado o sindicato dos bancos estrangeiros que vão liderar a operação —, Moura da Silva diz ter tirado conclusões muito semelhantes às de Kobayashi.

"A expectativa em relação ao Brasil lá fora é otimista, mas cautelosa. De qualquer forma, a expectativa é muito melhor do que com relação a outros países, como Peru, Bolívia ou até mesmo o México. Os outros não têm perspectiva de gerar saldo comercial positivo, não pagam os bancos em dia e já viram fracassar seus planos de ajuste. Eles já deram errado", afirma Moura da Silva.

Ele admite que, do ponto de vista dos credores estrangeiros, o Brasil se comporta de forma arrogante ao recusar-se a aceitar o monitoramento do FMI. Mas está convencido de que os bancos "comprendem" a posição brasileira.

Bancos entendem posição do Brasil

por Lillian Witte Fibre
de São Paulo

A renegociação da dívida externa brasileira caminha sem tropeços. Não há motivo para pânico ou pessimismo.

Ao contrário, a desvalorização do cruzado, decretada na última quarta-feira, mostra que o governo brasileiro não está inflexível num ponto em que ele não pode ser inflexível: o saldo de sua balança comercial, justamente um de seus maiores trunfos na hora de negociar com banqueiros e governos estrangeiros.

Basicamente, pode-se dizer agora que os credores internacionais, sejam eles privados ou oficiais, "comprendem" que o Brasil atravessa um momento político delicado e que antes das eleições vai ser muito difícil obter qualquer novo ajuste do Plano Cruizado.

"Eu, como banqueiro estrangeiro, estou muito mais preocupado com o México, que aceitou completamente o monitoramento do FMI, obteve em seguida taxas mais baixas, mas que, até agora, não deu sinais de que pode realmente se recuperar."

O raciocínio é do representante no Brasil de um dos grandes credores do País, o presidente do Banco de Tóquio, Toshiro Kobayashi.

É verdade que o Brasil tomou uma decisão política difícil de ser aceita tanto pelas instituições financeiras internacionais quanto pelos ministros da Fazenda dos países desenvolvidos ou pelos donos dos grandes bancos em todo o mundo. O Brasil disse "não" ao monitoramento do FMI. Mas, ainda assim, a performance de sua economia, inclusive depois do Plano Cruizado, mostra mais chances de recuperação do que a de vários outros países que foram ao FMI e aos quais não se pode pedir novos sacrifícios, porque, ali, a recessão já dura vários anos.

Kobayashi, que acredita em novas desvalorizações do cruzado,